

## **Índice**

1	Introdução.....	2
0.	Definições de turismo sustentável e turismo circular.....	3
2	Abordagens atuais ao turismo circular .....	5
2.1	A abordagem da UNWTO.....	5
2.2	A abordagem ETIS .....	7
2.3	A Comunidade de Turismo Sustentável do Programa MED .....	9
3	Modelo Operacional do INCIRCLE.....	11
3.1	Principais Princípios e Abordagem.....	11
3.2	Metodologia.....	13
3.2.1	Fase 1: Análise do contexto .....	14
3.2.2	Fase 2: Governança .....	15
3.2.3	Fase 3: Partilha de visão e objetivos comuns.....	18
3.2.4	Fase 4: Principais metas .....	19
3.2.5	Fase 5: Planeamento das medidas.....	20
3.2.6	Fase 6: Acompanhamento, avaliação e fontes de financiamento .....	21
	Glossário.....	23
	Anexos.....	25

## 1 Introdução

O projeto INCIRCLE Interreg MED, visa testar uma nova metodologia baseada na aplicação dos princípios da economia circular ao setor do turismo, com ênfase nas particularidades e necessidades específicas das ilhas e das zonas de baixa densidade populacional.

Este documento destina-se principalmente aos decisores e responsáveis pelas políticas, que desempenham um papel estratégico na condução dos territórios para uma gestão mais circular e sustentável de todos os serviços e produtos relacionados com a oferta turística, dentro da sua capacidade de criar o ambiente adequado para o desenvolvimento de um turismo sustentável.

O objetivo principal do documento é oferecer um quadro para incorporar os aspetos críticos da sustentabilidade e da circularidade durante todas as fases de elaboração das políticas. O Modelo Operacional INCIRCLE orientará e apoiará os decisores e responsáveis pelas políticas MED no **desenvolvimento de estratégias regionais e nacionais integradas para um turismo mais circular**, visando reduzir o impacto negativo do turismo no capital ambiental dos destinos e preservar os recursos naturais finitos.

Salienta-se que o Modelo Operacional faz parte de uma ferramenta maior, desenvolvida pelo projeto, que compreende também um conjunto de indicadores de turismo circular e uma plataforma de boas práticas. Três elementos em conjunto poderiam servir de inspiração, orientação e instrumentos de monitorização para a conceção e implementação eficaz de políticas sustentáveis e circulares.

## 0. Definições de turismo sustentável e turismo circular

“O turismo é um fenómeno social, cultural e económico que implica o movimento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual por motivos pessoais, profissionais ou de negócios” (UNWTO, 2020<sup>1</sup>). Devido à sua complexidade, o turismo pode ter um impacto importante na sociedade, no ambiente e na economia. Em alguns casos, se não houver um equilíbrio e uma atenção a cada um destes aspetos, o turismo pode prejudicar ou ter consequências negativas na qualidade de vida das comunidades locais. Por isso, um turismo que considere equitativamente todas essas esferas, como o bem-estar humano dos turistas e da população local, o meio ambiente e a utilização eficiente de todos os recursos, pode ser considerado sustentável. Por outras palavras, o turismo sustentável pode ser definido como uma forma de “turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuros, satisfazendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades de acolhimento”<sup>2</sup>, englobando assim todos os aspetos da sustentabilidade ou da economia verde: os aspetos económicos, sociais e ambientais. Além disso, o turismo sustentável vê este fenómeno complexo como uma contribuição para todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas.

Considerando a sustentabilidade como o conceito básico da economia verde, pode ser explorada outra subdimensão: a economia circular, que pode ser definida “como uma economia que é restauradora e regenerativa por princípio e design e visa manter a utilidade e o valor dos produtos, componentes e materiais pelo maior tempo possível. O conceito distingue entre ciclos técnicos e biológicos” (EMF, 2015:48<sup>3</sup>). Assim, numa economia circular, o foco é aumentar a eficiência tanto quanto possível, otimizando os recursos e prevenindo os resíduos. O modelo de economia circular assenta nos seguintes princípios (Ellen MacArthur Foundation, 2013):

1. Eliminar resíduos e poluição desde o princípio. Os resíduos não existem, uma vez que os produtos são concebidos e otimizados para o ciclo de desmontagem e reutilização.
2. Construir resiliência através da diversidade. Modularidade, versatilidade e adaptabilidade são características fundamentais para desenvolver sistemas diferentes, que são mais resilientes em caso de impactos externos do que os sistemas construídos simplesmente para a eficiência.
3. Utilizar energia proveniente de fontes renováveis. Na economia circular, as fontes de energia são renováveis por natureza, para diminuir a dependência de recursos e aumentar a resiliência do sistema.
4. Pensar em termos de «sistemas». A capacidade de compreender como as partes se influenciam umas as outras dentro de um todo, e a relação do todo com as partes, é crucial.
5. O desperdício é alimento. Os componentes consumíveis de um produto na economia circular são em grande parte feitos de ingredientes biológicos ou «nutrientes», que são atóxicos e talvez até mesmo benéficos, e podem ser devolvidos à biosfera em segurança. No que diz respeito aos nutrientes técnicos, a economia circular refere-se à melhoria da qualidade (upcycling).

Visto que ainda estamos na macroesfera da economia verde, o aspeto social também se enquadra na economia circular, mas com especial atenção à eficiência, como se pode ver na Figura 1.

<sup>1</sup> <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>

<sup>2</sup> *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*, UNEP e UNWTO, 2005, p.11-12  
<http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx0592xPA-TourismPolicyEN.pdf>

<sup>3</sup> [https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/EllenMacArthurFoundation\\_Growth-Within\\_July15.pdf](https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/EllenMacArthurFoundation_Growth-Within_July15.pdf)

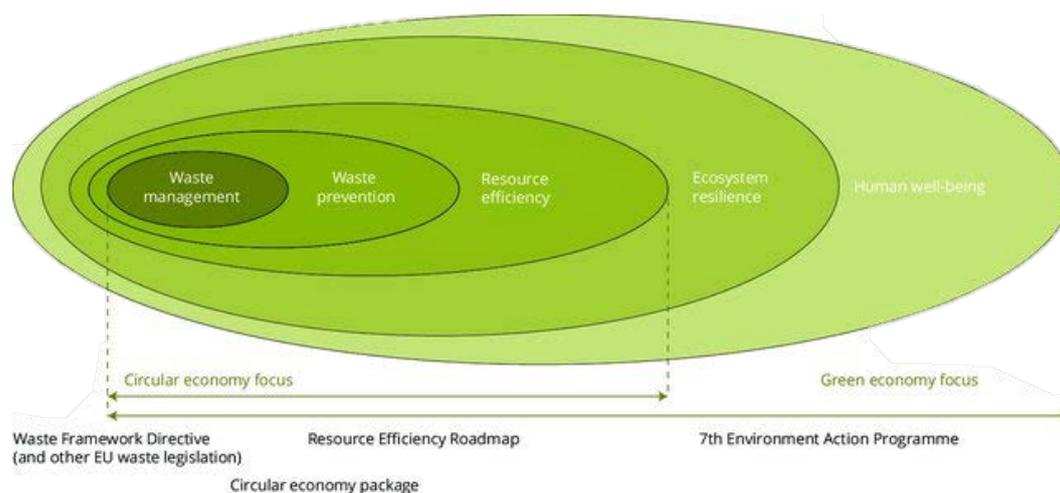


Figura 1: ênfase da economia verde e circular<sup>4</sup>

O turismo circular tem sido definido como «um modelo capaz de criar um círculo virtuoso produzindo objetivos e serviços sem desperdiçar os recursos limitados do planeta que são matérias-primas, água e energia». (Girard & Nocca, 2017). Além disso, o turismo circular propõe um modelo no qual cada interveniente turístico adota uma abordagem ecocompatível (Acampora et al., 2018). Aplicando os princípios de uma economia circular, as empresas de hotelaria e turismo podem acelerar os seus negócios e avançar na conceção e na prática para criar uma experiência mais sustentável para todos os intervenientes envolvidos na indústria da hotelaria e do turismo” (Van Rheede, 2012).

Dito isto, o turismo circular e sustentável reflete as diferenças que podem ser encontradas entre a economia circular e sustentável, mas em relação ao fenómeno turístico específico. Desta forma, a principal diferença, se assim se pode chamar, reside no ênfase: o turismo sustentável presta a mesma atenção a todas as esferas da sustentabilidade (social, económica, ambiental), ao passo que o turismo circular dá atenção especial à eficiência dos recursos e à prevenção dos resíduos, referindo-se a uma perspetiva «do berço ao berço».

<sup>4</sup> Agência Europeia do Ambiente, “Economia circular na Europa”, 2016:31

## 2 Abordagens atuais ao turismo circular

A questão de abordar o turismo de forma mais sustentável e circular tem sido tratada a nível internacional, comunitário e regional com uma frequência cada vez maior nos últimos 30 anos. Os princípios da economia circular têm acrescentado valor às abordagens adotadas até agora. Por conseguinte, é necessário tirar partido daquilo que já foi alcançado a todos os níveis acima mencionados, a fim de elaborar um modelo INCIRCLE baseado nas experiências e descobertas do passado a replicar no território do programa MED.

### 2.1 A abordagem da UNWTO

A Organização Mundial do Turismo (do inglês World Tourism Organization, doravante UNWTO), a agência das Nações Unidas responsável pela promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível, está empenhada na promoção do turismo como instrumento para alcançar os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (do inglês Sustainable Development Goals, doravante SDGs), que visam erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Como definido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>5</sup>, os SDGs devem ser convertidos em políticas de turismo, para dissociar o crescimento económico da degradação ambiental através da gestão sustentável e eficiente dos recursos naturais em todas as fases das cadeias de valor de bens e serviços de turismo.

Em especial, é necessária a contribuição do setor do turismo para implementar o SDG n. 12 que visa garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis (do inglês Sustainable Consumption Pattern, doravante SCP).



Figura 2: SDGs da UN (Fonte: UN, 2020)

Como definido na Conferência de Oslo sobre Produção e Consumo Sustentável em 1994, o SCP tem a ver com «o uso de serviços e produtos relacionados que respondem às necessidades básicas e trazem uma melhor

<sup>5</sup> [A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável](#), adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, fornece um projeto comum para a paz e a prosperidade das pessoas e do planeta, agora e no futuro. No seu cerne estão os 17 SDGs, que são um apelo urgente à ação de todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, numa parceria global. Estes reconhecem que acabar com a pobreza e outras privações tem de ser acompanhado por estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam as desigualdades e estimulem o crescimento económico, ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e contribuem para preservar os nossos oceanos e florestas.

qualidade de vida, ao mesmo tempo que minimizam o uso de recursos naturais e materiais tóxicos, bem como as emissões de resíduos e poluentes ao longo do ciclo de vida do serviço ou produto, de forma a não comprometer as necessidades das gerações futuras».

Este ponto de viragem no desenvolvimento da teoria afasta-se das cadeias de valor tradicionais rumo a padrões de produção e consumo circulares, abrindo o caminho para redefinir a elaboração de políticas de turismo tradicionais, adotando abordagens mais circulares e integrando padrões de circularidade no pensamento e na prática de todos os intervenientes relevantes no turismo.

Em 2019, a UNWTO juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, publicaram o «Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies»<sup>6</sup> para obter informações sobre a integração do SCP nas práticas de elaboração de políticas de turismo mundiais, com base na revisão de 101 políticas nacionais de turismo.

O estudo indica que os decisores políticos estão, de um modo geral, bem conscientes da necessidade de desenvolver o turismo de forma sustentável e investigam e identificam as principais barreiras que dificultam a implantação e gestão eficazes do turismo sustentável. As seguintes 3 conclusões principais podem ser retiradas do estudo:

- Apesar dos aspetos do SCP serem tidos em conta no planeamento turístico nacional a longo prazo, é necessário reforçar a governança ambiental do turismo. As metodologias e técnicas de planeamento têm tendência para dar mais ênfase à vertente económica até ao momento, abordando pouco os impactos ambientais, em termos de medição regular e atempada. É necessária uma cultura de acompanhamento contínuo e eficaz dos impactos ambientais do turismo.
- Para poder fazer face aos crescentes desafios ambientais do turismo, os decisores políticos devem fragmentar o conceito de SCP em elementos mais tangíveis, as áreas de impacto do SCP<sup>7</sup> e identificar de forma responsável as áreas de interesse comum que são consideradas mais estratégicas, para poder produzir resultados concretos e efeitos multiplicadores.
- Transpor as políticas em ação permanece muitas vezes um desafio. Todos os intervenientes devem identificar uma combinação adequada de instrumentos políticos económicos, regulamentares e voluntários<sup>8</sup> para colmatar a lacuna entre o desenvolvimento e a implementação das políticas, capaz de tornar o turismo sustentável e circular viável.

<sup>6</sup> UNWTO, [Baseline Report on the Integration of Sustainable Consumption and Production Patterns into Tourism Policies](#), 2019

<sup>7</sup> Conservação da biodiversidade e utilização sustentável do solo, eficiência no uso de energia, redução das emissões de gases com efeito de estufa, redução dos resíduos e eficiência no uso da água

<sup>8</sup> De acordo com a definição constante do UNWTO *Baseline Report*, os instrumentos políticos constituem os meios práticos: metodologias, medidas ou intervenções, para a implementação das políticas; são as ferramentas que criam mudança e alcançam os objetivos definidos numa política. São identificados 3 instrumentos políticos principais:

- instrumentos regulamentares e jurídicos: ferramentas de comando e controlo que forcem as alterações e obriguem os destinatários a cumprirem as regras governamentais, na maioria dos casos sob ameaça de sanções; por exemplo, a legislação ambiental relacionada com o SCP.
- instrumentos económicos e fiscais: ferramentas de incentivo e desincentivo que tornem certos comportamentos ou práticas mais ou menos atraentes financeiramente, recompensando ou penalizando atividades económicas; por exemplo, incentivos fiscais que apoiem o SCP.

As 3 conclusões acima referidas são relevantes para o processo de formulação da estratégia INCIRCLE, que será orientado para o desenvolvimento de estratégias regionais e nacionais viradas para um turismo mais circular, capaz de:

- Criar uma estrutura de governança do ambiente turístico em territórios específicos, a fim de garantir a transição para uma produção e consumo responsáveis no setor do turismo (SDG n. 12);
- Identificar e selecionar as áreas de intervenção mais relevantes, garantindo a participação, a aceitação da estratégia e a propriedade;
- Fornecer um conjunto de medidas e instrumentos políticos capazes de garantir a implementação da estratégia e a obtenção de resultados tangíveis;
- Monitorar o desempenho do setor e os seus impactos ambientais a longo prazo.

## **2.2 A abordagem ETIS**

A Comissão Europeia fez a sua parte nos esforços para abordar o turismo a nível mundial de uma forma mais sustentável e circular, lançando a sua própria ferramenta chamada Sistema Europeu de Indicadores de Turismo (do inglês European Tourism Indicator System, doravante ETIS), em 2013. O ETIS foi revisto e atualizado em março de 2016 após uma fase-piloto de 2 anos e é agora o sistema oficial adotado pela Comissão Europeia para implementar políticas circulares e sustentáveis no setor do turismo. Baseia-se no conjunto de indicadores já desenvolvidos a partir de 2013 pela Agência Europeia do Ambiente, denominado TOUERM, Tourism and Environment Reporting Mechanism, com alguns dos quais existe uma correspondência no quadro do ETIS, mas também nos indicadores desenvolvidos a nível internacional pela UNWTO e pelo Conselho Global de Turismo Sustentável (do inglês Global Sustainable Tourism Council, doravante GSTC). O GSTC, criado em 2010, desenvolveu 2 conjuntos de critérios para identificar padrões mínimos de sustentabilidade a serem cumpridos pelos hotéis, operadores turísticos e destinos, para alcançar a sustentabilidade social, ambiental, cultural e económica dos destinos.

As principais questões relativas a este tipo de indicadores estão ligadas aos múltiplos setores interligados (como transportes e mobilidade, produção e gestão de resíduos, utilização e gestão da água e energia, planeamento urbano e territorial, gestão do património natural e cultural,...) onde o turismo tem impacto em termos ambientais, de sustentabilidade e circularidade e, em alguns casos, na dificuldade de encontrar os dados estatísticos relevantes com o nível de pormenor necessário. A criação de um quadro de referência coerente é essencial para monitorar e avaliar em que medida o turismo é sustentável e circular e para identificar áreas de intervenção para a elaboração de políticas. Ser capaz de gerir o turismo de forma sustentável significa aumentar a atratividade dos territórios assentes em recursos naturais, que de outra forma seriam empobrecidos, mas também desenvolver estratégias integradas que abranjam diferentes setores.

Este é o valor por detrás da abordagem ETIS, cujo objetivo é ajudar os destinos a monitorar e medir o seu desempenho do turismo sustentável, utilizando uma abordagem comum comparável, com base voluntária. O

- 
- instrumentos de comunicação e voluntários: ferramentas que permitam escolhas e ações informadas através da autorregulação social e da transferência de conhecimentos, informações e persuasão; por exemplo, sistemas de orientação e certificação que permitam aos intervenientes aderir às abordagens e princípios SCP.

ETIS é concebido como uma ferramenta de gestão, informação e monitorização baseada na autoavaliação, observações, recolha e análise de dados realizada pelo próprio destino<sup>9</sup>.

**SWG é uma equipa de trabalho interdisciplinar composta por organizações e indivíduos envolvidos e interessados em todos os aspetos do turismo**

Uma das principais questões na aplicação de conceitos teóricos, tais como sustentabilidade e circularidade, ao turismo é que uma vasta e diversificada gama de intervenientes é afetada e que, por conseguinte, deve ser envolvida no processo de monitorização e nas fases seguintes que conduzem à elaboração de políticas específicas. Este conceito é central no INCIRCLE, cujas atividades se baseiam no envolvimento dos intervenientes através da criação, ativação e consulta de Grupos de Trabalho de Intervenientes (do inglês Stakeholders Working Groups, doravante SWGs), como recomendado pelo ETIS. O envolvimento de SWGs garante que o processo de avaliação do impacto do turismo num destino seja detido e liderado localmente. No INCIRCLE isto destina-se a criar a base para a elaboração de políticas relacionadas com o turismo e a implementação eficaz de medidas políticas para tornar o turismo mais sustentável e circular com a adoção da abordagem multi-interveniente.

O conjunto ETIS é composto por 43 indicadores principais e um conjunto indicativo de indicadores opcionais, cuja utilização e aplicação são bastante «livres», no sentido de que os destinos podem escolher quais são relevantes, necessários e adequados para as suas necessidades. O sistema também pode ser integrado em sistemas de monitorização já em vigor. A flexibilidade do sistema é um valor acrescentado que o torna mais viável e, ao mesmo tempo, mais bem sucedido.

Os 43 indicadores principais estão divididos em quatro secções<sup>10</sup>:

- A. Gestão do Destino
- B. Valor Económico
- C. Impacto Social e Cultural
- D. Impacto Ambiental

Segue-se também uma lista indicativa de indicadores opcionais:

- 1. Turismo marítimo e costeiro
- 2. Turismo acessível
- 3. Rotas culturais transnacionais.

<sup>9</sup> Para efeitos do sistema de indicadores ETIS, um destino pode ser definido como:

- Uma zona geográfica que é atual ou potencialmente apelativa a visitantes/turistas
- Um local ou zona que é reconhecido e pode ser facilmente definido como um destino turístico e que tem um conjunto de instalações e produtos instituídos para efeitos de turismo
- Um local ou zona que é promovido como um destino
- Um local ou zona onde é possível mensurar a oferta e procura de serviços turísticos, isto é, a economia de visitantes
- Um local ou zona em que o processo de gestão de visitantes inclui, regra geral, vários intervenientes dos setores público e privado em conjunto com a comunidade de acolhimento.

«O Sistema Europeu de Indicadores de Turismo», Comissão Europeia, março de 2016

<sup>10</sup> Para a lista completa dos indicadores, consulte o Anexo IV

A Comissão Europeia sugere que a implementação do ETIS pode ser instaurada através de sete passos abaixo,<sup>11</sup> delineando a governança do processo, que foi adotado e adaptado ao INCIRCLE (ver o parágrafo 6 e 6.1), e que deverá ser iniciada por um «campeão» local ou coordenador local do destino:

1. Sensibilização dos intervenientes e decisores políticos
2. Criação do perfil do destino usando o formulário de perfil do destino.<sup>12</sup>
3. Formação de um Grupo de Trabalho de Intervenientes (do inglês Stakeholder Working Group, doravante SWG), incluindo as organizações e indivíduos com um envolvimento e interesse no setor do turismo
4. Definição de papéis e responsabilidades através de um acordo partilhado pelos intervenientes para definir metas e ações relacionadas
5. Recolha e registo de dados também através da realização de inquéritos, se necessário<sup>13</sup>
6. Análise dos Resultados para dar prioridade às necessidades e definir um plano de ação
7. Facilitação do desenvolvimento e melhoramento contínuos através de uma estratégia mirrada, da utilização contínua e alargada do ETIS e da identificação de fontes de financiamento adequadas.

## **2.3 A Comunidade de Turismo Sustentável do Programa MED**

Para capitalizar os resultados dos projetos financiados pelo MED atualmente e no passado, foi criada, em novembro de 2016, uma Comunidade de Turismo Sustentável<sup>14</sup>, no âmbito do Programa, para unir os projetos de estudo, piloto, capitalização, integração territorial e agora, na sua segunda fase, também estratégicos, horizontais e modulares e maximizar os seus efeitos e impacto na área MED. Na primeira fase até final de 2019, 17 projetos de cooperação territorial, com mais de 200 organizações parceiras ativas em 12 países mediterrânicos, aderiram à Comunidade para a enriquecer com os seus resultados, conhecimentos e experiências, a fim de fazer do turismo um verdadeiro motor do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Em outubro de 2017, a Comunidade elaborou a Declaração de Atenas para um Turismo Sustentável que define os principais objetivos da Comunidade a alcançar até ao final de 2019:

1. Contribuir para fazer face às pressões do turismo na região do Mediterrâneo
2. Aumentar a atratividade e a oferta turística na região do Mediterrâneo
3. Reforçar as práticas de planeamento e gestão no sentido do turismo sustentável
4. Criar uma comunidade forte de projetos e intervenientes.

O INCIRCLE, enquanto membro da Comunidade, também contribui para atingir os objetivos acima referidos, com o valor acrescido de adotar a abordagem da economia circular nas políticas e práticas relacionadas com o turismo.

---

<sup>11</sup> «O Sistema Europeu de Indicadores de Turismo», Comissão Europeia, março de 2016

<sup>12</sup> [http://ec.europa.eu/growth/sectors/tourism/offer/sustainable/indicators/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/growth/sectors/tourism/offer/sustainable/indicators/index_en.htm)

<sup>13</sup> Uma seleção de formulários padrão de inquéritos está anexada à Caixa de ferramentas do ETIS e está disponível no site da Comissão Europeia

<sup>14</sup> <https://sustainable-tourism.interreg-med.eu/>

Em setembro de 2019, a Comunidade elaborou um conjunto de recomendações políticas<sup>15</sup> onde identificou as quatro áreas de ação mais urgentes, que permitirão avançar para um turismo costeiro e marítimo sustentável no Mediterrâneo:

1. Supervisionar a sustentabilidade: quais são as lacunas de conhecimento na elaboração de políticas de turismo? Qual é a melhor maneira de colmatar as lacunas nos dados do turismo?
2. Reduzir os impactos ambientais, culturais e sociais do turismo mediterrânico.
3. Garantir um crescimento económico sustentável e responsável e a prosperidade no Mediterrâneo através do turismo. Qual é a melhor forma de abordar a complexidade do setor do turismo, incluindo os intervenientes locais, os decisores e os consumidores?
4. Estabelecer mecanismos de governança que orientem a ampla variedade de intervenientes no sentido de um turismo mais sustentável e mais responsável

Na sequência das recomendações, em janeiro de 2020, a Comunidade elaborou quatro fichas informativas de Políticas para fornecer orientações aos decisores políticos com base nos resultados alcançados e nas realizações desenvolvidas pelos seus projetos membros até então sobre os quatro temas acima mencionados (acompanhamento eficaz da sustentabilidade do turismo<sup>16</sup>, modelos de turismo alternativos<sup>17</sup>, turismo como motor de crescimento<sup>18</sup>, governança como ferramenta para o turismo sustentável<sup>19</sup>).

O INCIRCLE basear-se-á nas definições de problemas, recomendações políticas e visões eficazmente resumidas nos documentos supramencionados, de modo a capitalizar os resultados máximos e as realizações desenvolvidas pelos projetos anteriores da Comunidade. Além disso, todos os projetos da Comunidade serão convidados a preencher o modelo para recolher boas práticas que serão apresentadas na Plataforma de Conhecimento do INCIRCLE, um dos principais resultados do projeto.

---

<sup>15</sup> <https://sustainable-tourism.interreg-med.eu/policy-recommendations/>

<sup>16</sup> <https://sustainable-tourism.interreg-med.eu/news-events/news/detail/actualites/policy-factsheet-1-ensuring-an-effective-monitoring-of-tourism-sustainability-in-the-mediterranean/>

<sup>17</sup> <https://sustainable-tourism.interreg-med.eu/news-events/events/detail/actualites/policy-factsheet-2-promoting-alternative-tourism-models-to-reduce-presures-in-the-mediterranean-r/>

<sup>18</sup> <https://sustainable-tourism.interreg-med.eu/news-events/events/detail/actualites/policy-factsheet-3-tourism-as-a-strategic-driver-for-inclusive-responsible-and-sustainable-growth/>

<sup>19</sup> <https://sustainable-tourism.interreg-med.eu/news-events/events/detail/actualites/policy-factsheet-4-governance-as-a-tool-for-sustainable-and-responsible-tourism-in-the-mediterranean/>

## 3 Modelo Operacional do INCIRCLE

### 3.1 Principais Princípios e Abordagem

Este capítulo servirá de guia em todas as diferentes fases do desenvolvimento da política, desde a conceção até à implementação, prestando atenção às principais áreas de interesse relacionadas com os 4 princípios principais do INCIRCLE, apresentados na Figura 2.

Figura 2: Principais áreas de ação do INCIRCLE



O turismo é uma parte intrínseca do território, não apenas um setor económico isolado, mas também faz parte de uma realidade múltipla e transversal que afeta toda a sociedade e afeta a sua vida económica, social, cultural e territorial em numerosos aspetos. Por isso, as políticas relacionadas com essas áreas podem nem sempre fazer parte da oferta turística, porque podem não se referir diretamente ao setor turístico. Aliás, nas áreas dentro do programa INCIRCLE as ações relacionadas com essas áreas têm sempre impacto no turismo, porque este setor é a principal atividade económica, ou uma das mais relevantes, para o território.

O desenvolvimento de políticas assenta em números heterogéneos de variáveis; daí a necessidade de estabelecer os principais princípios orientadores para evitar qualquer inconsistência entre objetivos, visão e relativos resultados. O Modelo Operacional do INCIRCLE baseia-se na definição de economia circular de Ellen MacArthur e na abordagem de desenvolvimento de políticas da Comissão Europeia concebida para a definição de estratégias regionais de especialização inteligente (RIS3).

A abordagem do INCIRCLE assenta os seus alicerces nos seguintes 5 princípios:

- **Reduzir**

O primeiro princípio, identificado pela fundação Ellen MacArthur, que define um modelo circular, é conceber a partir de resíduos<sup>20</sup>. De fato, nesse modelo, os resíduos não existem, porque são considerados capital económico, natural e social, e, portanto, mantidos em uso pelo maior tempo possível. Este conceito contrasta com o modelo linear, onde o principal motor económico consiste na utilização de recursos naturais.

Em vez disso, num modelo de economia circular, o principal motor económico consiste nos 4R: reduzir, reutilizar, reciclar, recuperar. As políticas de turismo podem promover este princípio, considerando ações onde a produção de resíduos é minimizada e a utilização dos recursos (como a água e a energia) é otimizada.



<sup>20</sup> <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/concept>

### Regenerar

Como referido acima, o modelo de economia circular considera um sistema no qual os recursos são mantidos tanto quanto possível em uso. A ideia introduzida pela fundação Ellen McArthur é que existem dois ciclos principais, técnico e biológico, através dos quais os recursos podem ser reutilizados para o que foram concebidos. Partindo do segundo princípio da EMF, a ideia por trás desta abordagem é, por um lado, otimizar o ciclo dos recursos, fazendo circular os componentes e materiais dos produtos tanto nos ciclos técnicos como biológicos, recolhendo-os e substituindo-os em cada nível da reutilização, e, por outro lado, tentar desmaterializar tanto quanto possível os recursos relacionados com o turismo através da sua virtualização (papel, reserva, etc.) Esta abordagem assenta na chamada estrutura ReSOLVE (regenerar, compartilhar, otimizar, ciclar, virtualizar e trocar<sup>21</sup>) que sintetiza basicamente o que foi explicado. Por esta razão, o turismo não deve ser uma ilha no oceano de outras atividades económicas, mas deve ser integrado, gerando sinergias entre atividades turísticas e locais.



### Repensar

O princípio Repensar exige que os decisores recusem drasticamente a abordagem linear, adotando uma nova forma transversal de pensar sobre os processos de gestão dos recursos entre ativos. O cumprimento do princípio repensar baseia-se numa forte consciência dos impactos que as decisões têm nos recursos transversalmente entre ativos, em todas as fases do ciclo de vida dos produtos e serviços. Qualquer projeto ambicioso para um território não pode ser bem sucedido se não for amplamente aceite pela maioria dos intervenientes relevantes. Assim, é importante conceber e implementar um processo tão inclusivo quanto possível e desde o início, a fim de fazer com que os intervenientes se sintam parte dele. O simples fato de muitos elementos e intervenientes serem afetados por políticas circulares, requer uma abordagem holística que procure integrar todas as visões e expectativas, para conceber um plano útil, resiliente e abrangente<sup>22</sup>. Devido à sua natureza transversal, as políticas de turismo precisam especialmente deste tipo de abordagem, que pode considerar todos os setores sobre os quais este fenómeno tem impacto.



### Inovar

Uma política sustentável e circular deve olhar para os próximos anos, orientando os territórios para um desenvolvimento sustentável. Ter uma visão a longo prazo é uma obrigação, porque inspira explícita e implicitamente as ações individuais. Em dezembro de 2019, a Comissão Europeia apresentou o Pacto Ecológico Europeu<sup>23</sup>, um pacote de medidas dirigidas às empresas e aos cidadãos para avançar no sentido de um desenvolvimento sustentável para o crescimento. Esta é a visão europeia, que responde ao Acordo de Paris<sup>24</sup>, que inspirará as ações futuras até 2050. As políticas locais circulares devem inspirar-se nesta visão a longo prazo e ser fortemente inovadoras, utilizando novas ideias ou métodos, prevendo cenários diferentes e abrindo espaço para novos desenvolvimentos locais.



<sup>21</sup> Ellen MacArthur, "A nova economia do plástico - Repensando o futuro do plástico", 2016

<sup>22</sup> "Modelo Operacional para Planos de Transporte de Baixo Carbono para Cidades que são Destinos de Cruzeiros", Interreg-Med Locations, 2017

<sup>23</sup> [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)

<sup>24</sup> [http://unfccc.int/files/essential\\_background/convention/application/pdf/english\\_paris\\_agreement.pdf](http://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf)

- **Revalorizar**

O princípio Revalorizar refere-se à capacidade dos decisores de manter o valor dos recursos e produtos ao longo de diferentes ciclos económicos. Este tipo de capacidade pode ser apoiado por vários tipos de ações, como, por exemplo, manutenção e reparação, reutilização, reaproveitamento, remodelação, refabricação, requalificação, renovação, reciclagem, recuperação. Este princípio exige especificamente o reforço da capacidade global dos ciclos de upcycle. Upcycling refere-se à reutilização de forma a criar um produto de maior qualidade ou valor do que o original. Mais especificamente, o upcycling pode ser definido o processo de conversão de matérias-primas secundárias/subprodutos em novos materiais, componentes ou produtos de melhor qualidade, maior funcionalidade e/ou valor mais alto



### 3.2 Metodologia

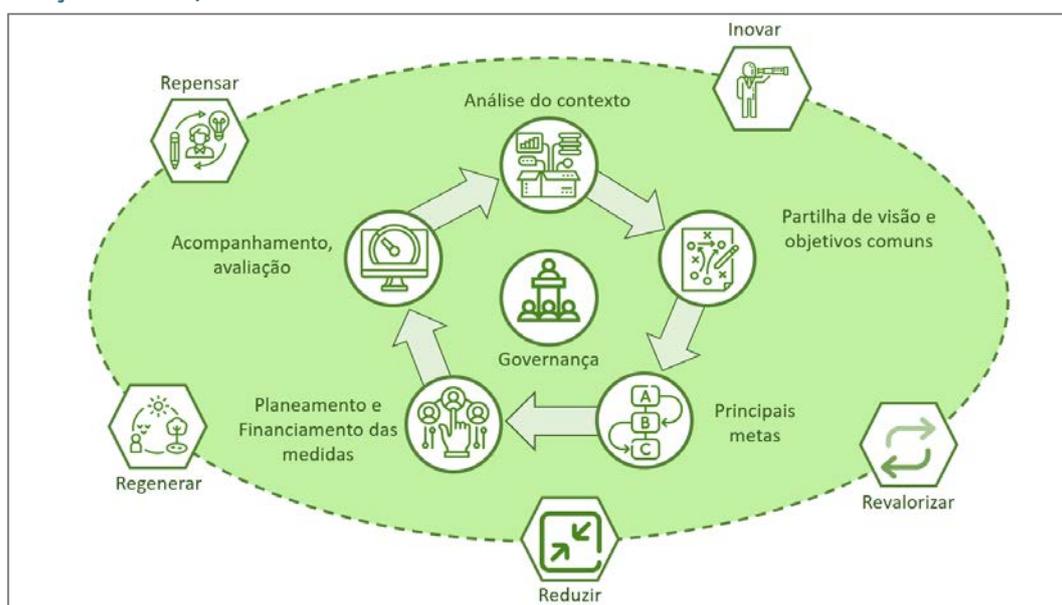
O Manual Operacional baseia-se no processo e nas atividades a realizar de modo a maximizar as possibilidades de produzir uma estratégia regional ou nacional eficaz, ambiciosa e realista capaz de desencadear uma mudança concreta rumo a um setor do turismo mais responsável, circular e sustentável.

Como etapa preliminar, é altamente recomendável criar a equipa de pessoas que serão responsáveis pelo **desenvolvimento da estratégia**, e agendar uma ou mais reuniões para definir o plano de trabalho, marcos, pessoas envolvidas e tarefas, prazos, etc., certificando-se de que haja uma base comum e compreensão sobre os principais passos e a sua relevância.

O modelo operacional geral descrito como orientação para os decisores e responsáveis pelas políticas, transforma-se num Plano Operacional quando se refere a um território e condições específicos. A Figura 3 descreve os passos principais a dar na conceção de políticas circulares, considerando, ao mesmo tempo, os princípios mencionados no capítulo anterior.

**Figura 3: Metodologia do Modelo Operacional Circular**

Fonte: elaboração de EMF, CE



A metodologia INCIRCLE assenta em 6 fases:

1. **Análise do contexto**, com o objetivo de compreender o ambiente onde o modelo operacional será aplicado;
2. **Governança**, que organizará o trabalho de todos os passos, coordenando o diálogo entre os intervenientes;
3. **Partilha de visão e objetivos comuns**, para alinhar o território com objetivos e estratégias comuns;
4. **Principais metas**, para acompanhar o trabalho e adaptar possíveis questões durante o processo;
5. **Planeamento das medidas**, para implementar eficazmente as medidas;
6. **Acompanhamento, avaliação e fontes de financiamento**, para implementar outras ações.

### 3.2.1 Fase 1: Análise do contexto

Uma avaliação ponderada do contexto é absolutamente essencial para o desenvolvimento de políticas de turismo circular, uma vez que determinará tanto a linha de base como as provas das medidas e objetivos propostos. Como mencionado acima, os princípios principais enumerados no capítulo 3.1 atuarão como “lente” para observar o contexto.



Este passo tem objetivos claros:

- Analisar o território para compreender as lacunas de circularidade e sustentabilidade em termos de mobilidade, energia, resíduos e gestão da água;
- Medir a pressão da sazonalidade: em média, 16,5 % do total das dormidas turísticas dos residentes da UE em 2017 foram em julho, contra 4,5 % em novembro<sup>25</sup>. Esta diferença de pressão turística sobre o destino também pode aumentar drasticamente nas ilhas e zonas pouco habitadas, como os territórios INCIRCLE;
- Avaliação do impacto das ações passadas no território e possibilidade de investir mais nelas ou redistribuir recursos a diferentes ações;
- Identificação de pontos fortes a implementar, a fim de tornar o território mais apelativo do ponto de vista turístico: políticas ecológicas como alavanca turística.

Para alcançar os objetivos acima referidos, apresenta-se a seguir uma lista dos dados necessários a recolher e das ações a empreender para realizar a análise de contexto:

- Quadro de referência da UE, nacional, regional e local das políticas de turismo sustentável e circular;
- Dados e números atuais sobre mobilidade, resíduos, energia, gestão da água e turismo;
- Catálogo das políticas/iniciativas públicas e privadas atuais relacionadas com o turismo sustentável e circular;
- Lista dos impactos negativos relacionados com os fluxos turísticos;
- Recursos financeiros reais e potenciais a atribuir às políticas de turismo circular.

<sup>25</sup> [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Seasonality\\_in\\_tourism\\_demand](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Seasonality_in_tourism_demand)

Depois de recolhidas e consideradas suficientemente representativas do contexto, estas informações podem ser processadas com uma análise SWOT, que pode dar uma imagem mais abrangente para desenvolver um conjunto de estratégias de desenvolvimento.

		
Fatores Internos	Forças	Fraquezas
Fatores Externos	Oportunidades	Ameaças

Figura 4: Esquema de análise SWOT

### 3.2.2 Fase 2: Governança

A governança é fundamental para garantir formas de turismo mais sustentáveis e responsáveis. Na zona do Mediterrâneo, que apresenta características e desafios peculiares, a falta geral de cooperação e de compreensão comum entre os diferentes intervenientes é uma questão que pode ser abordada de forma eficaz através de melhores mecanismos de governança. Para fazer face a esta situação, são necessárias parcerias colaborativas a diferentes níveis, como iniciativas de cooperação público-privado e a inclusão e envolvimento de um leque mais vasto de intervenientes.



A governança do turismo sustentável no contexto do Mediterrâneo pode ser definida como: “Um processo coordenado e multinível que implica a colaboração entre intervenientes públicos, privados e sociais dentro e fora do sistema do turismo. Isto pode criar sinergias políticas e reforçar a capacidade para:

- Alcançar objetivos partilhados, desenvolver projetos estratégicos conjuntos, promover a sustentabilidade e gerir a complexidade, e;
- Alcançar o equilíbrio entre o bem-estar dos residentes e dos turistas, a competitividade do destino e as necessidades específicas do contexto dos ambientes naturais, construídos e culturais”<sup>26</sup>.

A figura seguinte<sup>27</sup> resume e explica eficazmente os conceitos acima mencionados:

O projeto Comunidade de Turismo Sustentável MED CO-EVOLVE adotou quadros de governança multinível: Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC) e Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM)  
<https://co-evolve.interreg-med.eu/>

<sup>26</sup> <https://sustainable-tourism.interreg-med.eu/news-events/events/detail/actualites/policy-factsheet-4-governance-as-a-tool-for-sustainable-and-responsible-tourism-in-the-mediterrane>

<sup>27</sup> <https://sustainable-tourism.interreg-med.eu/news-events/events/detail/actualites/policy-factsheet-4-governance-as-a-tool-for-sustainable-and-responsible-tourism-in-the-mediterrane>, Página 4



Figura 5 Princípios de governança eficaz

A governança do turismo sustentável precisa de alcançar e manter um equilíbrio cuidadoso capaz de conciliar as dimensões ambiental, económica e sociocultural da sustentabilidade e da circularidade e de adotar um planeamento estratégico e uma gestão das atividades e impactos turísticos coordenados.

A fim de criar compromisso e confiança, podem ser adotadas ferramentas de colaboração tais como Memorandos de Entendimento (ME), acordos de colaboração e declarações com signatários de vários níveis de governo e de todos os setores relevantes para a atividade e os impactos do turismo. A adoção dessas ferramentas é fortemente recomendada também no âmbito da parceria INCIRCLE, incluindo os acordos de replicação do know-how de projetos a assinar com as autoridades regionais externas à parceria no quadro das atividades previstas no WP 4 “Transferência”.

### 3.2.2.1 SWGs INCIRCLE

Voltando novamente aos princípios definidos na secção 2.1, é muito importante identificar os intervenientes a serem envolvidos e definir o mecanismo adequado para os fazer participar ativamente e se apropriarem do processo, a fim de adaptar as políticas às necessidades do território, expressas durante um processo participativo. Além disso, a abordagem adotada deve ser inclusiva, sistemática e holística, a fim de evitar a fragmentação típica do turismo, devida ao facto de abranger múltiplos setores interligados que podem, por vezes, expressar necessidades e visões contrastantes.

Este processo deve ser concebido com base no contributo dos intervenientes e deve identificar as ferramentas que serão utilizadas para o seu desenvolvimento. A atividade deve ser dirigida por uma equipa com experiência e boas competências, capaz de realizar uma análise comparativa de todos os pontos de vista diferentes e capaz de comunicar e ganhar confiança. Uma identificação correta das expectativas dos intervenientes é tão

importante como uma conceção correta do processo participativo, que incluirá um modelo da estrutura, as principais questões a enfrentar e os resultados esperados. Várias técnicas, ferramentas e formatos diferentes podem ser utilizados para desenvolver e gerir o processo participativo e devem ser escolhidos de acordo com o tipo de intervenientes envolvidos, os contributos esperados e as informações a serem partilhadas com eles.<sup>28</sup> Em termos gerais, o valor acrescido dos processos participativos reside na ampliação de perspetivas e na compreensão da mesma questão, onde a análise comparativa realizada enriquece todos os participantes e estimula a identificação de soluções alternativas às quais um único indivíduo não teria pensado.

Ao definir a governança, a equipa líder deve planear feedbacks atempados aos intervenientes envolvidos, a fim de cultivar uma relação estreita e frutuosa e fazê-los sentir envolvidos e empenhados. Mais uma vez, este é um passo essencial para desenvolver a confiança entre os principais intervenientes do turismo do território.

Um passo fundamental, tal como recomendado pelo ETIS<sup>29</sup>, é a adoção da abordagem de intervenientes diversos, baseada na criação de SWGs, estruturados como equipas interdisciplinares reunindo organizações e indivíduos com envolvimento e interesse no setor do turismo, e ajudando a definir prioridades, papéis e responsabilidades, mas também cooperação e coordenação entre os diversos intervenientes-chave do turismo.

A combinação ideal de organizações a envolver nos SWGs pode incluir<sup>30</sup>:

- Organização de turismo e empresa de desenvolvimento do turismo regional/local
- Departamentos locais de planeamento, transportes e desenvolvimento rural/urbano
- Departamento de gestão de resíduos (águas e sólidos)
- Departamento ou empresa de abastecimento de água (local e regional)
- Departamento e/ou fornecedor de energia
- Polícia/departamento de segurança
- Departamento de gestão da silvicultura/zona protegida ou parques
- Aeroporto/autoridade portuária (se aplicável)
- Associação local de hotelaria ou turismo
- Associações de guias turísticos, campismo, caravanismo, alojamento ou apartamentos
- Organizações não governamentais pertinentes
- Câmara de comércio local
- Associações e/ou sindicatos de empregados de turismo
- Instituições académicas relevantes envolvidas em investigação associada.

A relação por trás do envolvimento das organizações deve ser a sua capacidade de obter dados relevantes, influenciar as políticas e manter-se empenhadas. É altamente recomendável envolver também residentes e possivelmente turistas.

Os SWGs devem ser orientados, após o passo de recolha de dados, no sentido de chegar a acordo sobre as metas e o plano de ação e medidas relacionadas para as alcançar, onde o papel e a responsabilidade de todos

**Podem ser convocadas outras reuniões do SWG para validar os resultados e as realizações de cada fase do projeto antes de passar à seguinte.**

<sup>28</sup> “Modelo Operacional para Planos de Transporte de Baixo Carbono para Cidades que são Destinos de Cruzeiros”, Interreg-MED Locations, 2017

<sup>29</sup> «O Sistema Europeu de Indicadores de Turismo», Comissão Europeia, março de 2016

<sup>30</sup> «O Sistema Europeu de Indicadores de Turismo», Comissão Europeia, março de 2016

estão claramente definidos. Após a definição do plano de ação para lidar com prioridades a curto prazo, é então tempo de trabalhar numa estratégia a longo prazo para garantir melhorias duradouras.

Esta abordagem foi plenamente adotada no INCIRCLE, onde em cada território parceiro, a nível regional e local, foi estabelecido um SWG que atua como laboratório, para fundir diferentes perspetivas e fomentar um interesse comum, assegurando a cooperação e a participação vertical e horizontal. Para o efeito, reunir-se-ão pelo menos três vezes durante o projeto, mas outras reuniões poderão ser organizadas pelos parceiros antes do encerramento do projeto. Na primeira reunião, o SWG será convidado a identificar os principais estrangulamentos e desafios do turismo sustentável, como parte das atividades de avaliação do projeto no que respeita ao estado atual do turismo circular nos territórios parceiros e a apoiar a recolha de dados e informações relevantes para análise e avaliação de acordo com os indicadores de circularidade do INCIRCLE. As metas serão definidas em conformidade e serão discutidas e selecionadas as possíveis medidas para as alcançar no âmbito dos 4 pilares do INCIRCLE. As melhores práticas identificadas pelo SWG serão incluídas na Plataforma de Conhecimento do INCIRCLE. Todos os feedbacks serão integrados na estratégia elaborada pelas Autoridades Regionais (do inglês Regional Authorities, doravante RAs) e as Agências Nacionais (do inglês National Agencies, doravante NAs) parceiras, orientadas pelo Modelo Operacional. Nas duas reuniões seguintes do SWG, as RAs e NAs receberão novos contributos e depois a versão final da estratégia será apresentada aos intervenientes para aprovação.

**Os intervenientes do INCIRCLE contribuem para:**

- **Recolher e analisar os dados, identificar as necessidades e o respetivo plano de ação**
- **Definir a visão, as metas e as relativas medidas**
- **Identificar uma estratégia e o respetivo financiamento**

A fim de facilitar a recolha e a fusão de feedback, serão fornecidos modelos aos parceiros, para desenvolver uma metodologia de trabalho homogénea baseada na abordagem participativa, permitindo recolher os resultados de forma organizada e estruturada.

O papel do SWG é central para a maioria dos passos delineados no ETIS<sup>31</sup>, tal como descrito no parágrafo 3.2, com o qual o INCIRCLE está plenamente alinhado nas suas atividades principais de teste, transferência e capitalização de modelos e estratégias para um turismo mais circular e sustentável.

A abordagem participativa adotada no âmbito do projeto apoiará eficazmente a adaptação da metodologia do INCIRCLE às necessidades das ilhas e das zonas pouco habitadas, com o objetivo de desenvolver estratégias regionais e nacionais para a transição para uma economia mais circular capaz de desenvolver medidas e mecanismos concertados.

### 3.2.3 Fase 3: Partilha de visão e objetivos comuns

Após ter definido a governança do processo, iniciado as consultas dos intervenientes, e ter analisado profundamente o contexto, o passo seguinte é elaborar uma estratégia. Os principais objetivos desta fase são:



<sup>31</sup> Ver o parágrafo 1.2.2

- Descrever o estado atual e definir a linha de base em relação à qual as alterações serão avaliadas
- Definir uma visão comum partilhada de para onde o território quer ir em termos de destino turístico circular.
- Definir os principais desafios que o território quer enfrentar.

Estes três elementos baseiam-se, mais uma vez, nos princípios descritos no capítulo 3.1, e é essencial que todos eles sejam partilhados e participados por todos, ou acima de tudo, para alcançar boas expectativas de duração e sucesso para a política turística circular. Por conseguinte, todos os intervenientes relevantes devem participar nesta fase através de um processo participativo e os resultados devem ser simples, claros e facilmente compreensíveis. Assim sendo, é necessária uma boa coordenação, a fim de dar voz às suas necessidades e realizar uma análise comparativa das questões de diferentes pontos de vista. Isto levará a uma compreensão comum e partilhada mais profunda das possíveis soluções. O processo deve ser concebido de forma que os intervenientes possam dar um feedback frequente e rápido sobre esta atividade, para estimular uma relação estreita e frutuosa entre a equipa que lidera o processo participativo e os intervenientes.

#### 3.2.4 Fase 4: Principais metas

A visão, juntamente com os objetivos acordados, fornecem uma imagem bastante clara do futuro desejado e da mudança que pretende ser introduzida pela estratégia. Para garantir o acompanhamento adequado das realizações e do impacto, devem ser identificados indicadores e metas claros.



Devem ser identificados indicadores de resultados estratégicos para cada objetivo principal da estratégia. Deverá ser desenvolvido um pequeno número de indicadores qualitativos e quantitativos facilmente mensuráveis e compreensíveis, que estejam claramente ligados a cada um dos objetivos a alcançar, permitindo acompanhar os progressos realizados no sentido da sua realização. Antes de começar a desenvolver indicadores próprios, é importante avaliar a disponibilidade de indicadores-padrão bem definidos adotados noutros locais, recuperando informações dos principais intervenientes regionais e locais

Para cada indicador estratégico identificado, deve ser fornecida uma linha de base e metas mensuráveis, que comparadas entre si, mostram se a estratégia alcançou as suas metas e mensuram se ocorreu a mudança desejada. Para assegurar o acompanhamento adequado do progresso ao longo do tempo, as metas devem definir o que deve ser alcançado, em comparação com a situação atual, até um certo ano (por ex.: a redução de 30% das emissões de gases com efeito de estufa resultantes do tráfego turístico até 2030).

**Envolver os principais intervenientes na atividade de definição das metas, para garantir que as mesmas são realistas e amplamente apoiadas.**

Um modelo para a definição dos indicadores de resultados INCIRCLE encontra-se no *Anexo I – Modelo de indicadores de resultados INCIRCLE*.

### 3.2.5 Fase 5: Planeamento das medidas

A definição do termo “medida” é retirado do guia europeu SUMP<sup>32</sup> e, no âmbito do modelo operacional INCIRCLE, é considerada como uma ação capaz de abordar os problemas territoriais identificados, contribuindo para alcançar um ou mais objetivos estratégicos.



Para cada pilar do INCIRCLE, deve ser identificado um vasto leque de medidas capazes de contribuir para a visão, objetivos e metas definidos.

Deve ser fornecida uma panorâmica sistemática das medidas, já implementadas ou planeadas nos planos setoriais disponíveis, recorrendo também a planos de diferentes áreas políticas que afetam direta ou diretamente os setores do turismo. Devem também ser identificadas medidas que já tenham sido implementadas com sucesso noutros locais e que possam ser adotadas no contexto regional. É da maior importância coidentificar as medidas com os principais intervenientes, que têm de ser estreitamente envolvidos na criação e avaliação de opções, assegurando assim a produção de uma lista abrangente de medidas capazes de satisfazer as necessidades do território.

**Ao identificar possíveis medidas, aprenda com a experiência dos outros! Evite «reinventar o círculo» e use a plataforma INCIRCLE!**

Depois da elaboração de uma lista abrangente, as medidas devem ser avaliadas conjuntamente com vista à sua implementação realista e atempada com os recursos disponíveis (verificação da pré-viabilidade). Por último, devem ser selecionadas apenas as medidas mais adequadas, viáveis e rentáveis.

**Os principais intervenientes devem participar na seleção, definição e aprovação das medidas.**

Quando são definidas medidas promissoras, devem ser estabelecidas ligações entre as diferentes medidas a fim de determinar a ordem de implementação mais eficaz. Através da identificação das relações entre as medidas, também é possível descobrir como estas se relacionam e podem beneficiar mutuamente na implementação efetiva: medidas complementares bem combinadas são mais eficazes na abordagem das dimensões específicas de um problema e na superação dos obstáculos à sua aplicação do que as medidas isoladas.

No entanto, nesta perspetiva, é importante definir medidas por meio de uma abordagem modular, permitindo que sejam estreitamente relacionadas, mas independentes umas das outras. Isto garantirá, na fase de implementação da estratégia, que as medidas sejam implementadas separadamente, reduzindo significativamente o risco de dificultar a implementação da estratégia, no caso de uma medida falhar.

Para cada medida pré-selecionada, deve ser fornecido um conjunto de informações relevantes, capaz de veicular:

- **QUAIS** são os objetivos da medida
- **COMO** será implementada a medida
- **QUEM** beneficiará com isso
- **QUEM** e **COMO** contribuirá para a sua implementação
- **QUAIS** recursos e competências são necessários

<sup>32</sup> um “tipo de ação ampla que é implementada para contribuir para a realização de um ou mais objetivos políticos [...] ou para superar um ou mais problemas identificados”.

- QUANTO custará a medida (incluindo os custos de instalação e funcionamento/manutenção)
- QUANDO será implementada
- COMO serão monitorados o seu progresso e desempenho

As medidas devem ser planeadas tendo em vista a sua realização concreta e o resultado que produzirão. Por isso, devem ser identificados indicadores de resultados adequados para cada medida selecionada, capazes de acompanhar o seu progresso e desempenho ao longo do tempo.

Os modelos para a definição das medidas INCIRCLE e dos indicadores de resultados encontra-se no *Anexo II – Modelo de medidas INCIRCLE* e no *Anexo III - Modelo de indicadores de resultados INCIRCLE*.

### **3.2.5.1 Desenvolvimento de cenários de implementação futuros**

A complexidade do contexto, juntamente com os muitos fatores envolvidos, implicam a possibilidade provável de desvios e mudanças relevantes no contexto.

É altamente recomendada a elaboração de um gráfico de Gantt, mostrando o calendário e a duração de todas as medidas planeadas, para garantir uma rápida identificação de potenciais atrasos e desvios.

É aconselhável prever diferentes cenários de implementação futuros, de modo a avaliar os resultados da estratégia em cada caso, e favorecer as possibilidades de a adaptar ou ajustar às novas condições que surjam.

Devem ser elaborados pelo menos três cenários potenciais para um futuro a médio/longo prazo (de 10 a 15 anos):

- CENÁRIO 1 – A situação atual: sem implementação da estratégia
- CENÁRIO 2 – O melhor resultado possível: a estratégia é muito bem-sucedida
- CENÁRIO 3 – Caso mais provável: a estratégia obtém um sucesso parcial

### **3.2.6 Fase 6: Acompanhamento, avaliação e fontes de financiamento**

A conceção da estratégia não está realmente concluída até a estratégia e o planeamento para acompanhamento e financiamento estarem definidos e resolvidos. Neste sentido, o passo 6 está relacionado com o passo 5 de forma dupla, uma vez que requer que a Estratégia já tenha sido elaborada, mas também a influencia, levando a eventuais mudanças.



#### **3.2.6.1 Definição do processo de acompanhamento**

O sucesso potencial da Estratégia depende em grande parte de se manter um acompanhamento constante do seu desenvolvimento e evolução, de forma a avaliar se devem ser adotadas correções ou novas ações. A definição de um processo de acompanhamento eficaz implica o estabelecimento dos seguintes elementos

- Designar uma pessoa/equipa responsável pelo processo de acompanhamento: determinar quem será responsável por cada passo/marco de referência durante o desenvolvimento da estratégia;
- Definir os marcos de referência a avaliar durante a Estratégia, juntamente com indicadores e fontes de dados para avaliar cada marco definido;
- Definir os pontos críticos que podem ter um impacto determinante. Identificar as ações a tomar no caso de ocorrerem acontecimentos críticos;
- Estabelecer um calendário que inclua os elementos anteriores.

Por último, o processo de acompanhamento, juntamente com o seu calendário e os seus marcos de referência, deve ser acordado e partilhado por todos os intervenientes, que, em contrapartida, devem ser informados atempadamente sobre os resultados do acompanhamento ao longo do projeto.

### **3.2.6.2 Avaliação do desenvolvimento da estratégia**

Uma vez concebido e acordado o processo de acompanhamento, a ação efetiva de recolha e avaliação dos resultados e feedback dos indicadores permitirá avaliar a situação atual em todas as fases da implementação. É aconselhável definir um grupo heterogéneo de especialistas para avaliar periodicamente o estado efetivo da estratégia e apresentar as suas recomendações. A este respeito, a eficácia do processo de avaliação será maior se cumprir um calendário de relatórios previamente estabelecido, bem como circunstâncias extraordinárias causadas por acontecimentos inesperados.

### **3.2.6.3 Garantia de verbas e fontes de financiamento**

Relativamente à implementação da estratégia em muitos casos, o principal obstáculo enfrentado está ligado ao acesso insuficiente a verbas e à falta de recursos para a realização das medidas acordadas. Deve ser preparado um plano financeiro sólido que defina a forma de financiar as medidas da estratégia. O plano deve ser desenvolvido conjuntamente por todas os intervenientes, com a abordagem mais holística, procurando sinergias e oportunidades onde quer que se encontrem. Os principais elementos a considerar no plano de financiamento são:

- Identificar as potenciais fontes de financiamento;
- Determinar as ações a tomar para garantir o financiamento;
- Identificar a pessoa/entidade responsável pelas medidas acordadas.

Para assegurar a sustentabilidade a longo prazo da estratégia, é necessário combinar diferentes verbas e fontes de financiamento. As verbas podem provir de diferentes fontes municipais, regionais, nacionais, privadas e multilaterais, refletindo uma grande diversidade de instrumentos de financiamento.

## Glossário

**Linha de base:** A linha de base é um ponto de referência fixo com o qual o progresso da estratégia pode ser comparado e a mudança medida, permitindo avaliar o desempenho da estratégia ao longo do tempo.

**Economia circular:** A economia circular baseia-se nos princípios de eliminar resíduos e poluição desde o princípio, manter produtos e materiais em uso e regenerar os sistemas naturais<sup>33</sup>. Para mais informações, consulte os seguintes links:

- <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/what-is-the-circular-economy>
- <https://ec.europa.eu/environment/circular-economy/>
- [https://ec.europa.eu/growth/industry/sustainability/circular-economy\\_en](https://ec.europa.eu/growth/industry/sustainability/circular-economy_en)

**Sistema Europeu de Indicadores de Turismo (ETIS):** ETIS é um sistema de indicadores adequado a todos os destinos turísticos, incentivando-os a adotar uma abordagem mais inteligente do planeamento turístico. Para mais informações, consulte o seguinte link:

- [https://ec.europa.eu/growth/sectors/tourism/offer/sustainable/indicators\\_en](https://ec.europa.eu/growth/sectors/tourism/offer/sustainable/indicators_en).

**Pacto Ecológico Europeu:** O Pacto Ecológico Europeu é o roteiro europeu para tornar a economia europeia sustentável, transformando os desafios climáticos e ambientais em oportunidades em todas as áreas políticas e tornando a transição justa e inclusiva para todos. Para mais informações, consulte o seguinte link:

- [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)

**Impacto:** as mudanças positivas e negativas produzidas pela estratégia, direta ou indiretamente, intencionais ou não, no contexto social, económico e ambiental local.

**Indicador:** um conjunto de dados claramente definido, utilizado para acompanhar os progressos realizados na consecução de um determinado objetivo ou meta. Os indicadores estratégicos permitem medir o desempenho global da estratégia e, por conseguinte, fornecem uma base para a sua avaliação. A um nível mais pormenorizado, os indicadores de medidas permitem acompanhar o desempenho das medidas identificadas.

**Marco de referência:** representa um ponto específico no tempo utilizado para medir o progresso da estratégia rumo ao seu objetivo final.

---

<sup>33</sup> <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/what-is-the-circular-economy>

**Objetivo:** um conceito amplo que descreve uma melhoria que as autoridades locais regionais e nacionais procuram. Os objetivos especificam as orientações para a melhoria e os domínios prioritários, mas não os meios para a alcançar.

**Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3):** a especialização inteligente é uma abordagem inovadora que visa impulsionar o crescimento e o emprego na Europa, permitindo que cada região identifique e desenvolva as suas próprias vantagens competitivas. Por meio da sua parceria e abordagem ascendente, a especialização inteligente reúne autoridades locais, universidades, esferas empresariais e a sociedade civil, trabalhando para a implementação de estratégias de crescimento a longo prazo, apoiadas por fundos da União Europeia. Para mais informações, consulte o seguinte link:

- [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/informat/2014/smart\\_specialisation\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/smart_specialisation_en.pdf)
- <https://s3platform.jrc.ec.europa.eu/what-is-smart-specialisation->
- <https://s3platform.jrc.ec.europa.eu/s3-guide>

**Cenário:** descrição de um conjunto específico de desenvolvimentos no futuro que são relevantes para a implementação da estratégia.

**Intervenientes:** todos os indivíduos, grupos ou organizações afetados e/ou capazes de afetar a estratégia, desde o seu planeamento até à sua adoção e implementação.

**Turismo sustentável:** um conceito de turismo que considera todos os seus impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuros.

**Análise SWOT:** uma análise baseada na identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de um setor utilizada para avaliar a sua posição e desenvolver o planeamento estratégico. A análise SWOT avalia fatores internos e externos, bem como potencialidades atuais e futuras.

**Turismo:** O turismo é um fenómeno social, cultural e económico que implica o movimento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual por motivos pessoais, profissionais ou de negócios. Estas pessoas são chamadas de visitantes (que podem ser turistas ou excursionistas; residentes ou não residentes) e o turismo tem a ver com as suas atividades, algumas das quais envolvem despesas de turismo<sup>34</sup>.

**Visão:** uma descrição qualitativa de uma mudança desejada que serve para orientar o desenvolvimento de objetivos, indicadores e metas estratégicos e a seleção de medidas adequadas ao longo do processo estratégico.

---

<sup>34</sup> <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>

## **Anexos**

Anexo I – Modelo de indicadores de resultados INCIRCLE

Anexo II – Modelo de medidas INCIRCLE

Anexo III - Modelo de indicadores de realizações INCIRCLE

Anexo IV – Indicadores ETIS

Anexo V – Lista de verificação do modelo operacional

## Anexo I

### Modelo de indicadores de resultados INCIRCLE

A tabela seguinte deve ser preenchida para cada indicador de resultados acordado:

Indicador de resultados para o objetivo [especificar número e nome do objetivo]		Valores-alvo e prazo				Recolha e comunicação de dados		
Nome do indicador	Definição	Linha de base	Ano n.º	Ano n.º	Ano n.º	Frequência e relatório	Fonte de dados e metodologia de recolha	Responsável pela recolha de dados

## Anexo II

### Modelo de medidas INCIRCLE

A tabela seguinte deve ser preenchida para cada medida seleccionada.

Designação da medida	
Breve descrição da medida	
Objetivo(s) relacionado(s)	
Grupo-alvo principal	
Principais intervenientes envolvidos e responsabilidades	
Principais atividades a realizar	
Apoio externo necessário	
Indicador de resultados e metas correspondentes	
Estimativa de custos	
Medidas complementares (se houver)	

### Anexo III

#### Modelo de indicadores de realizações INCIRCLE

A tabela seguinte deve ser preenchida para cada indicador de realizações identificado:

Indicador de realizações para a medida [especificar número e nome da medida]		Valores-alvo e prazo				Recolha e comunicação de dados		
Nome do indicador	Definição	Linha de base	Ano n.º	Ano n.º	Ano n.º	Frequência e relatório	Fonte de dados e metodologia de recolha	Responsável pela recolha de dados

## Anexo IV

### Indicadores principais e opcionais do ETIS

Section A: Destination management		
Criteria	Indicator reference#	ETIS core indicators
A.1 Sustainable tourism public policy	A.1.1	Percentage of tourism enterprises/establishments in the destination using a voluntary certification/labelling for environmental /quality/sustainability and/or Corporate Social Responsibility
A.2 Customer satisfaction	A.2.1	Percentage of tourists and same-day visitors that are satisfied with their overall experience in the destination
	A.2.2	Percentage of repeat/return visitors (within 5 years)
Section B: Economic value		
Criteria	Indicator reference#	ETIS core indicators
B.1 Tourism flow (volume and value) at destination	B.1.1	Number of tourist nights per month
	B.1.2	Number of same-day visitors per month
	B.1.3	Relative contribution of tourism to the destination's economy (% GDP)
	B.1.4	Daily spending per overnight tourist
	B.1.5	Daily spending per same-day visitors
B.2 Tourism enterprise(s) performance	B.2.1	Average length of stay of tourists (nights)
	B.2.2	Occupancy rate in commercial accommodation per month and average for the year
B.3 Quantity and quality of employment	B.3.1	Direct tourism employment as percentage of total employment in the destination
	B.3.2	Percentage of jobs in tourism that are seasonal
B.4 Tourism supply chain	B.4.1	Percentage of locally produced food, drinks, goods and services sourced by the destination's tourism enterprises
Section C: Social and cultural impact		
Criteria	Indicator reference#	ETIS core indicators
C.1 Community/social impact	C.1.1	Number of tourists/visitors per 100 residents
	C.1.2	Percentage of residents who are satisfied with tourism in the destination (per month/season)
	C.1.3	Number of beds available in commercial accommodation establishments per 100 residents
	C.1.4	Number of second homes per 100 homes
C.2 Health and safety	C.2.1	Percentage of tourists who register a complaint with the police
C.3 Gender equality	C.3.1	Percentage of men and women employed in the tourism sector
	C.3.2	Percentage of tourism enterprises where the general manager position is held by a woman
C.4 Inclusion/accessibility	C.4.1	Percentage of rooms in commercial accommodation establishments accessible for people with disabilities
	C.4.2	Percentage of commercial accommodation establishments participating in recognised accessibility information schemes
	C.4.3	Percentage of public transport that is accessible to people with disabilities and specific access requirements
	C.4.4	Percentage of tourist attractions that are accessible to people with disabilities and/or participating in recognised accessibility information schemes
C.5 Protecting and enhancing cultural heritage, local identity and assets	C.5.1	Percentage of residents that are satisfied with the impacts of tourism on the destination's identity
	C.5.2	Percentage of the destination's events that are focused on traditional/local culture and heritage

Section D: Environmental impact		
Criteria	Indicator reference#	ETIS core indicators
D.1 Reducing transport impact	D.1.1	Percentage of tourists and same-day visitors using different modes of transport to arrive at the destination
	D.1.2	Percentage of tourists and same-day visitors using local/soft mobility/public transport services to get around the destination
	D.1.3	Average travel (km) by tourists and same-day visitors from home to the destination
	D.1.4	Average carbon footprint of tourists and same-day visitors travelling from home to the destination
D.2 Climate change	D.2.1	Percentage of tourism enterprises involved in climate change mitigation schemes — such as: CO <sub>2</sub> offset, low energy systems, etc.— and 'adaptation' responses and actions
	D.2.2	Percentage of tourism accommodation and attraction infrastructure located in 'vulnerable zones'
D.3 Solid waste management	D.3.1	Waste production per tourist night compared to general population waste production per person (kg)
	D.3.2	Percentage of tourism enterprises separating different types of waste
	D.3.3	Percentage of total waste recycled per tourist compared to total waste recycled per resident per year
D.4 Sewage treatment	D.4.1	Percentage of sewage from the destination treated to at least secondary level prior to discharge
D.5 Water management	D.5.1	Water consumption per tourist night compared to general population water consumption per resident night
	D.5.2	Percentage of tourism enterprises taking actions to reduce water consumption
	D.5.3	Percentage of tourism enterprises using recycled water
D.6 Energy usage	D.6.1	Energy consumption per tourist night compared to general population energy consumption per resident night
	D.6.2	Percentage of tourism enterprises that take actions to reduce energy consumption
	D.6.3	Percentage of annual amount of energy consumed from renewable sources (Mwh) compared to overall energy consumption at destination level per year
D.7 Landscape and biodiversity protection	D.7.1	Percentage of local enterprises in the tourism sector actively supporting protection, conservation and management of local biodiversity and landscapes

Lista indicativa de indicadores opcionais

<b>Maritime and coastal tourism</b>	
<b>Passengers and ports</b>	
	Number of incoming and outgoing passengers per port per month
	Number of berths and moorings for recreational boating
<b>Water quality</b>	
	Level of pollution in seawater per 100 ml (faecal coliforms, campylobacter)
<b>Beaches</b>	
	Percentage of beaches awarded the Blue Flag
	Area and volume of sand nourishment
	Total km of free beaches relative to total km of beaches
	Percentage of beaches accessible to all
	Number of days per year the beach/shore is closed due to contamination

<b>Accessible tourism</b>	
<b>Sustainable tourism policy</b>	
	Percentage of the destination with an accessible tourism strategy/action plan, with agreed monitoring, development control and evaluation arrangement
<b>Equality/accessibility</b>	
	Percentage of commercial accommodation with rooms accessible to people with disabilities and/or participating in recognised accessibility information schemes
	Does the destination have an identified accessibility management office or person available to the public?
	Percentage of businesses that have a budget for accessibility improvements
<b>Reducing transport impact</b>	
	Percentage of each category of transport in the destination that is accessible, i.e. public transport and private hire coaches, minibuses, taxis or minicabs

## Transnational cultural routes

### Destination management survey

Is your destination part of a cultural route certified by the Council of Europe?

If yes, is there any policy in place for the cultural route's visibility?

If yes, does the local community participate in this policy?

Do cultural/tourist events linked to the cultural route take place in your destination?

Is the logo of the cultural route of the Council of Europe present on the documents or visible in tourist offices?

Percentage of tourist offers available in your destination highlighting the theme of the cultural route

### Enterprise survey

Is your enterprise located along a cultural route certified by the Council of Europe?

If yes, are the products of your enterprise linked within the theme/activities of the cultural route?

If yes, is the communication on your enterprise/products mentioning the links with the cultural route?

Is the cultural route promoting/making visible your enterprise/products?

### Resident survey

Benefits for the community from the cultural route involving my destination

Is the community informed about the cultural route?

Is the local community involved in the actions organised within the framework of the cultural route's activities?

Are there benefits for me from the cultural route involving my destination?

Percentage of residents satisfied with their involvement and their influence in the planning and development of the cultural route

Percentage of residents who have positive or negative views on the impact of the cultural route on my destination's identity

Effect of the cultural route on the distinctiveness and local identity, culture and heritage of the destination

Effect of the cultural route on the quality of life in the destination

Percentage of residents who have positive views on the impact of the cultural route on tourism

Effect of the cultural route on cultural and tourism offers of the destination

### Anexo V

<b>Fase 0: Fase preliminar</b>	
Garantida a compreensão interdepartamental comum da estratégia do INCIRCLE	<input type="checkbox"/>
Criada a equipa principal interdepartamental	<input type="checkbox"/>
Definidas as principais responsabilidades internas, marcos de referência e prazos	<input type="checkbox"/>
<b>Fase 1: Análise do contexto</b>	
Especificadas as necessidades de dados, tendo em conta as prioridades políticas e os objetivos prováveis.	<input type="checkbox"/>
Identificados os dados disponíveis e verificada a qualidade.	<input type="checkbox"/>
Definidas as lacunas de dados e identificadas as fontes de dados adicionais.	<input type="checkbox"/>
Estabelecida a gestão segura de dados.	<input type="checkbox"/>
Partilha de dados com proprietários externos de dados relevantes acordada.	<input type="checkbox"/>
Recolha de dados adicionais, se necessário.	<input type="checkbox"/>
<b>Fase 2: Governança</b>	
Identificados e analisados os intervenientes principais	<input type="checkbox"/>
Convidados os intervenientes principais a aderir ao SWG	<input type="checkbox"/>
Criado e ativo o SWG INCIRCLE	<input type="checkbox"/>
<b>Fase 3: Visão e Objetivos</b>	
Descrita a situação atual (linha de base) sobre turismo circular, em relação à qual pode ser medido o progresso.	<input type="checkbox"/>
Discutidos e analisados os problemas e oportunidades com os principais intervenientes e os cidadãos.	<input type="checkbox"/>
Cocriar uma visão comum com os principais intervenientes	<input type="checkbox"/>
Revista a visão para orientar o desenvolvimento dos objetivos.	<input type="checkbox"/>
Desenvolvidos os objetivos preliminares.	<input type="checkbox"/>
Discutidos os objetivos preliminares com os principais intervenientes.	<input type="checkbox"/>
Selecionado o conjunto final de objetivos.	<input type="checkbox"/>
<b>Fase 4: Principais metas</b>	
Identificados os indicadores de resultados quantitativos e qualitativos para todos os objetivos	<input type="checkbox"/>
Definido o conjunto de indicadores estratégicos principais, incluindo formato do relatório e método de medição.	<input type="checkbox"/>
Principais intervenientes envolvidos na definição de metas.	<input type="checkbox"/>
Desenvolvido um conjunto adequado de metas localmente realizáveis.	<input type="checkbox"/>
<b>Fase 5: Planeamento das medidas</b>	
Analisadas as medidas já implementadas e planeadas.	<input type="checkbox"/>
Realizada troca de experiências com planeadores de outros destinos, cidades e regiões	<input type="checkbox"/>
Criada a lista abrangente de medidas potenciais.	<input type="checkbox"/>
Avaliadas as medidas adequadas com vista à eficácia, aceitabilidade e relação custo-benefício.	<input type="checkbox"/>
Selecionadas as medidas mais promissoras	<input type="checkbox"/>
Especificações pormenorizadas e estimativas de custos para as medidas pré-selecionadas disponíveis.	<input type="checkbox"/>
Identificados potenciais pacotes de medidas que se espera venham a concretizar sinergias e a ultrapassar barreiras de implementação.	<input type="checkbox"/>
Selecionado o conjunto final de pacotes de medidas.	<input type="checkbox"/>

Selecionado o conjunto adequado de indicadores de medidas, incluindo o formato do relatório e o método de medição.	<input type="checkbox"/>
Verbas e fontes de financiamento garantidas.	<input type="checkbox"/>
<b>Fase 6: Acompanhamento e avaliação</b>	
Definido o processo de acompanhamento da estratégia, juntamente com os marcos de referência e as responsabilidades.	<input type="checkbox"/>
Definido o processo avaliação da estratégia definido, juntamente com os marcos de referência e as responsabilidades.	<input type="checkbox"/>